

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.818 - RJ (2019/0292046-5)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : MUNICÍPIO DE MARICÁ
PROCURADORE : FABRÍCIO MONTEIRO PORTO - RJ100758
S
MARCELO LAMEIRA RIBEIRO - RJ094312
RECORRIDO : LESSI ABREU DE MORAES
ADVOGADO : MARCOS ROBERTO DE FREITAS - RJ123217

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pelo **Município de Maricá** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 258):

APELAÇÃO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. MUNICÍPIO DE MARICÁ. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. REENQUADRAMENTO FUNCIONAL. PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO. LEI Nº 1.517/96. SENTENÇA DE RECONHECEU A PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO. REFORMA QUE SE IMPÕE. AUSÊNCIA DA PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO EM RAZÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 275/2015. AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO EM RELAÇÃO A REGIME JURÍDICO QUE NÃO IMPEDE A PRETENSÃO QUANTO AO RESSARCIMENTO DAS DIFERENÇAS DECORRENTES DO REENQUADRAMENTO FUNCIONAL SOB A ÉGIDE DO REGIME JURÍDICO ANTERIOR. PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO AFASTADA. RELAÇÃO JURÍDICA DE TRATO SUCESSIVO. INEXISTÊNCIA DE NEGATIVA DO DIREITO PELA ADMINISTRAÇÃO. OMISSÃO CONFIGURADA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL NA FORMA DA SÚMULA Nº 85 DO STJ. APLICAÇÃO DO ART. 1.013, §4º DO CPC. CAUSA MADURA PARA JULGAMENTO. LEI Nº 1.517/96 QUE DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL DO SERVIDOR DE UMA REFERÊNCIA REMUNERATÓRIA A OUTRA IMEDIATAMENTE SUPERIOR, A CADA TRÊS ANOS DE EFETIVO EXERCÍCIO. ATO ADMINISTRATIVO VINCULADO. CRITÉRIO MERAMENTE OBJETIVO. AUTORA FAZ JUS AO PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS DECORRENTES DA DEVIDA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Superior Tribunal de Justiça

À LUZ DA LEI Nº 1.517/96. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À SÚMULA Nº 339 DO STF. PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE QUANDO AS PARCELAS DEVERIAM TER SIDO PAGAS E JUROS DE MORA A CONTAR DA CITAÇÃO. ISENÇÃO DAS CUSTAS JUDICIAIS, NA FORMA DO ART. 17, IX DA LEI Nº 3.350/99, QUE NÃO ABRANGE A TAXA JUDICIÁRIA. HONORÁRIOS A SEREM FIXADOS EM SEDE DE EXECUÇÃO NA FORMA DO §4º, INCISO II, E §11º, DO ART. 85 DO CPC. REFORMA DA SENTENÇA. PARCIAL PROVIMENTO AO APELO.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 295/300).

A parte recorrente aponta violação aos arts. 1º do Decreto 20.910/32; 10, X, e 17, IX, da Lei Estadual nº 3.350/99; e 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015. Sustenta a ocorrência da prescrição do fundo de direito, sob o argumento de que o ato de enquadramento (ou reenquadramento) é único de efeitos concretos, não caracterizando relação de trato sucessivo.

Pugna, ainda, pelo afastamento da condenação em taxa judiciária, em razão de ser isento ao seu pagamento, e que os honorários advocatícios devem ser reduzidos e fixados em patamar mínimo.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irresignação comporta parcial acolhida.

Inicialmente, em relação à taxa judiciária, cumpre asseverar que em recurso especial não cabe invocar violação a norma de direito local, razão pela qual o presente apelo não pode ser conhecido relativamente à apontada ofensa aos arts. 10, X, e 17, IX, da Lei Estadual nº 3.350/99

Ademais, o Tribunal de origem afastou a ocorrência da prescrição do fundo de direito, sob a seguinte fundamentação (fls. 260/262):

Com a devida vênia ao posicionamento do juízo a quo, entendo devam ser prestigiadas as razões recursais da Apelante, impondo-se a reforma da respeitável sentença.

Reside a controvérsia em perquirir quanto à existência do alegado direito subjetivo da Apelante, servidora pública do

Superior Tribunal de Justiça

Município de Maricá, ao reenquadramento funcional em razão da promoção por tempo de serviço, com fundamento na Lei Municipal nº 1.517/96.

Ab initio, destaca-se que não há que se falar em perda superveniente do objeto com a edição da Lei Complementar nº 275, de 15 de dezembro de 2015, a qual criou novo sistema remuneratório dos servidores do Poder Executivo do Município de Marica, modificando a forma de progressão na carreira.

Em que pese a ausência de direito adquirido a regime jurídico, a superveniência legislativa de reestruturação da carreira não esvazia por completo o interesse processual da Apelante, haja vista a pretensão em relação ao ressarcimento das diferenças decorrentes da omissão estatal, correspondente à inobservância em relação ao seu adequado enquadramento funcional sob a égide da Lei Municipal nº 1.517/96, cujas parcelas devem corresponder ao quinquênio anterior à propositura da presente demanda, bem como àquelas que se venceram até a vigência da Lei Complementar nº 275, de 15 de dezembro de 2015.

Nesse sentido, é a jurisprudência da Corte Superior, in verbis:

(...)

Ou seja, persiste o interesse da Apelante ao correto reenquadramento em razão da promoção por tempo de serviço, com fundamento na Lei Municipal nº 1.517/96, bem como ao pagamento dos seus consectários remuneratórios, limitando-se a pretensão à superveniência da Lei Complementar nº 275, de 15 de dezembro de 2015, que inaugurou novo regime jurídico.

Ainda assim, deve ser afastada a prescrição de fundo de direito, vez que se trata de relação jurídica de trato sucessivo, perpetuando a omissão imputada à Administração Pública, que deixou de promover a progressão funcional prevista em lei específica, consoante o entendimento já consolidado na e. Corte Superior, in verbis:

(...)

Deste modo, não havendo recursa formal da Administração, a prescrição deve atingir apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, tal como preceitua a regra do artigo 1º do Decreto nº. 20.910/1932. Isto porque não foi negado o próprio direito reclamado.

Desse modo, partindo-se do quadro fático delineado pelo acórdão recorrido, verifica-se que o Tribunal de origem decidiu em dissonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual o enquadramento ou reenquadramento de servidor público constitui ato único de efeitos concretos que não caracteriza relação de trato sucessivo, de modo que a prescrição incide sobre o próprio

fundo de direito.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. PRESCRIÇÃO. ENQUADRAMENTO. GRATIFICAÇÕES. FUNDO DE DIREITO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. É cediço que enquadramento ou reenquadramento de servidor público é ato único de efeitos concretos, o qual não reflete uma relação de trato sucessivo. Nessas hipóteses, a pretensão envolve o reconhecimento de uma nova situação jurídica fundamental, e não os simples consectários de uma posição jurídica já definida. A prescrição, portanto, atinge o próprio fundo de direito, sendo inaplicável o disposto na Súmula 85/STJ.

2. Inexistindo recusa expressa da administração a respeito do direito reclamado, a prescrição atinge apenas as parcelas anteriores aos cinco anos que antecedem o ajuizamento da ação. No caso, o acórdão recorrido registra a negativa das pretendidas gratificações, de modo que a inversão do julgado demandaria o reexame dos fatos e das provas constantes dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido.

(REsp 1517173/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 28/05/2018)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC NÃO CONFIGURADA. SERVIDOR PÚBLICO. PLEITO DE ENQUADRAMENTO/REENQUADRAMENTO FUNCIONAL. LEI MUNICIPAL 7.169/1996. PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO. ANÁLISE DE LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF.

1. Constata-se que não se configura a ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado.

2. A Primeira Seção do STJ firmou entendimento no sentido de que, no caso, a pretensão envolve o reconhecimento de nova situação jurídica fundamental, e não os simples consectários de posição jurídica já definida, tratando o enquadramento ou reenquadramento de servidor público de ato único, de efeitos concretos, que não reflete relação de trato sucessivo. A prescrição, portanto, atinge o próprio fundo de direito, sendo

inaplicável o disposto na Súmula 85/STJ.

3. Ademais, na hipótese específica dos presentes autos, também não há como examinar a alegada prescrição do fundo de direito, conforme pretende a ora recorrente, sem passar pela análise da forma como o próprio direito da autora foi considerado pela legislação estadual de regência. Tal pretensão é insuscetível em exame de Recurso Especial, conforme a Súmula 280/STF.

4. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(REsp 1698470/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017)

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PRESCRIÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. SUDENE. TÉCNICO DE PLANEJAMENTO. PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS. ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. FUNDO DE DIREITO. PROVIMENTO.

1. Discute-se nos embargos de divergência o prazo prescricional para os servidores impugnarem o enquadramento realizado pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão quando da extinção da SUDENE, por não terem sido incluídos no Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei n. 5.645/70, com a consequente transformação no cargo de Analista de Planejamento e Orçamento.

2. É cediço que o enquadramento ou reenquadramento de servidor público é ato único de efeitos concretos, o qual não reflete uma relação de trato sucessivo. Nesses casos, a pretensão envolve o reconhecimento de uma nova situação jurídica fundamental, e não os simples consectários de uma posição jurídica já definida. A prescrição, portanto, atinge o próprio fundo de direito, sendo inaplicável o disposto na Súmula 85/STJ. Precedente da Primeira Seção em caso análogo: EREsp 1.449.497/PE, Rel. Min. Og Fernandes, DJe 3/9/2015.

3. Na espécie, a lesão ao direito consumou-se a partir do momento em que o servidor, ao invés de passar a integrar a carreira de Técnico de Planejamento, foi, segundo seu entendimento, erroneamente enquadrado no cargo de Engenheiro Agrônomo. Assim, não se trata de uma mera omissão administrativa, mas de um suposto equívoco no enquadramento legal, devendo-se reconhecer a prescrição do fundo de direito.

4. Embargos de divergência a que se dá provimento.

(EResp 1.428.364/PE, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/04/2016, DJe 19/04/2016)

Superior Tribunal de Justiça

ANTE O EXPOSTO, conheço em parte do recurso especial e, na parte conhecida, dou-lhe provimento para restabelecer a sentença de fls. 172/180.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

